



NOTAS SOBRE PATRIARCADO, GÊNERO E CIDADE NA SUMÉRIA, IV A II MILÊNIO A.E.C.

NOTES ON PATRIARCHY, GENDER, AND CITY IN SUMER, 4TH TO 2ND MILLENNIA B.C.E.

NOTAS SOBRE PATRIARCADO, GÊNERO Y CIUDAD EN SUMER, DEL CUARTO AL SEGUNDO MILENIO A.C.

1

Washington Ramos dos Santos Júnior¹

DOI: <https://doi.org/10.22481/sertanias.v5i1.13346>

Resumo: Este artigo tem por objetivo avaliar a relação entre gênero, patriarcado e a cidade na Suméria entre os IV e II milênios A.E.C., já que o conhecimento sobre o passado ilumina as questões teóricas do presente. A metodologia consiste na revisão da literatura acerca dessas temáticas, fundamentalmente em língua inglesa, uma vez que essa discussão teórica ainda é pouco abordada em nosso país. Filiamo-nos à concepção de patriarcado como um mecanismo de reprodução social. Seu surgimento entre 3100 A.E.C. e 600 A.E.C é uma ruptura com os padrões até então existentes de relações sociais e está associado ao surgimento do Estado no início do IV milênio A.E.C e da cidade na Suméria do período Uruk, entre 4.000 e 3.100 A.E.C., o que caracteriza uma fase de transformações profundas, juntamente com a forte hierarquia social e a escrita. Cabe lembrar que havia quatro gêneros na Mesopotâmia: sem gênero, mulher, homem e homem castrado. É interessante perceber que as funções cúlticas de Inanna, deusa de Uruk, demandavam a participação de gêneros ou orientações sexuais outras – nos primórdios do patriarcado já havia diversidade de gênero. Devemos enfatizar que a mesma lógica ocorrida com o gênero, por meio da primazia do homem, ocorreu com a cidade – esta foi – e tem sido – a norma, o padrão, em detrimento de outras práticas espaciais, como o nomadismo e agricultura.

Palavras-chave: Patriarcado. Gênero. Cidade. Suméria. Inanna.

Abstract: This article aims to evaluate the relationship between gender, patriarchy and the city in Sumeria between the 4th and 2nd millennia B.C.E., as knowledge about the past illuminates the theoretical issues of the present. The methodology consists of reviewing the literature on these topics, fundamentally in English, since this theoretical discussion is still little addressed

¹ Doutor em Geografia Humana e doutor em Psicologia Social pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre em Geografia Humana também pela USP. Professor assistente da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). E-mail: washington.junior@uesb.edu.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0198-485X>



in our country. We adhere to the conception of patriarchy as a mechanism of social reproduction. Its emergence between 3100 B.C.E. and 600 B.C.E. is a rupture with the hitherto existing patterns of social relations and is associated with the emergence of the State at the beginning of the 4th millennium B.C.E. and of the city in Sumer during the Uruk period, between 4,000 and 3,100 B.C.E., which characterizes a phase of deep transformations, along with the strong social hierarchy and writing. It should be remembered that there were four genders in Mesopotamia: genderless, woman, man and castrated man. It is interesting to note that the cultic functions of Inanna, goddess of Uruk, demanded the participation of different genders or sexual orientations – in the early days of patriarchy there was already gender diversity. We must emphasize that the same logic that occurred with gender, through the primacy of man, occurred with the city. The city was – and has been – the norm, the standard, to the detriment of other spatial practices, such as nomadism and agriculture.

Keywords: Patriarchy. Gender. City. Sumer. Inanna.

Resumen: Este artículo tiene como objetivo evaluar la relación entre género, patriarcado y ciudad en Sumeria entre el cuarto y el segundo milenio a.C., ya que el conocimiento sobre el pasado ilumina las cuestiones teóricas del presente. La metodología consiste en revisar la literatura sobre estos temas, fundamentalmente en inglés, ya que esta discusión teórica es aún poco abordada en nuestro país. Nos adherimos a la concepción del patriarcado como mecanismo de reproducción social. Su surgimiento entre 3100 a.E.C. y 600 a.C. supone una ruptura con los patrones de relaciones sociales existentes hasta el momento y está asociado al surgimiento del Estado a principios del IV milenio a.C. y de la ciudad en Sumer durante el período Uruk, entre 4.000 y 3.100 a.C., lo que caracteriza una fase de profundas transformaciones, junto con la fuerte jerarquización social y la escritura. Cabe recordar que había cuatro géneros en Mesopotamia: sin género, mujer, hombre y hombre castrado. Es interesante notar que las funciones de culto de Inanna, diosa de Uruk, exigían la participación de diferentes géneros u orientaciones sexuales – en los primeros días del patriarcado ya había diversidad de género. Debemos enfatizar que la misma lógica que ocurrió con el género, a través de la primacía del hombre, ocurrió con la ciudad – esta fue – y ha sido – la norma, el estandarte, en detrimento de otras prácticas espaciales, como el nomadismo y la agricultura.

Palabras clave: Patriarcado. Género. Ciudad. Sumeria. Inana.

Introdução

Este artigo tem por objetivo avaliar a relação entre gênero, patriarcado e a cidade na Suméria entre os IV e II milênios A.E.C., já que o conhecimento sobre o passado ilumina as questões teóricas do presente. A metodologia consiste na revisão da literatura acerca dessas temáticas, fundamentalmente em língua inglesa, uma vez que essa discussão teórica ainda é pouco abordada em nosso vernáculo. Wyly (2012, p. 3) lembra que a percepção da Mesopotâmia como “berço da civilização” pôde ser datada em 1867, durante uma reunião na Royal Geographical Society em Londres. A pesquisa arqueológica, desde então, evoluiu bastante, especialmente a partir da década de 1960, quando escavações em Çatal Höyük



(MELLAART, 1967) mudaram os parâmetros científicos então vigentes, tirando a anterioridade do urbano da planície mesopotâmica e situando-a no sítio arqueológico hoje em território turco. Além disso, outras questões foram acrescentadas, como a discussão em torno dos conceitos de gênero e de patriarcado, algo inexistente há décadas atrás (SHAW; JAMESON, 1999, pp. 235-6; 251-4).

Notas sobre patriarcado, gênero e cidade na Suméria, do IV ao II milênios A.E.C.

3

Waters (1989) traz uma importante discussão sobre patriarcado, classificando-o de acordo com as seguintes perspectivas: 1. tipo de estrutura de parentesco; 2. dominação masculina generalizada; 3. mecanismo de reprodução social; e 4. sistema de classe-sexo. A primeira abordagem está presente na obra de Maine (1908[1861]) e de Weber (2015[1972]), o qual propõe, de fato, *patriarcalismo*, “um sistema de dominação organizacional em vez de uma estrutura geral de poder”, baseada no “longo estabelecimento de regras e poderes” que mantêm mulheres extremamente subordinadas à autoridade do patriarca e fusiona “as esferas pública e doméstica” de produção (WATERS, 1989, pp. 195-6). A segunda abordagem baseia-se em proposições de Mitchell (1971) e Connell (1983; 1987) e caracteriza patriarcado do seguinte modo:

[...] 1. O poder e o trabalho são distribuídos com base no gênero. O gênero é um dos principais ou o principal princípio organizador da vida social. 2. As mulheres são subordinadas aos homens em todas as áreas da vida social. Esta subordinação pode ser formal ou informal. 3. O patriarcado é mais ou menos historicamente universal. Pode haver casos isolados de matriarcado, mas estes são de curta duração e historicamente insignificantes. No entanto, há a possibilidade histórica de ruptura e substituição do patriarcado por relações sociais de gênero neutro. 4. A condição estrutural para a manutenção do patriarcado é o apoio mútuo entre os seus elementos. [...] Mitchell (1971: 99-122) identifica quatro 'estruturas'-chave que se cruzam para produzir a 'unidade complexa' da situação das mulheres. Estas são *produção*, a divisão sexual do trabalho; *reprodução* biológica, *sexualidade* e *socialização* de crianças. [...] Connell (1983, 1987) argumenta que o patriarcado é constituído por uma série de práticas relacionadas ao gênero, principalmente relacionadas ao *poder* (as formas como os homens controlam as mulheres e uns aos outros), *trabalho* (os modos pelos quais o trabalho é distribuído) e *catexia* (as maneiras pelas quais apegos e laços são formados entre as pessoas) (WATERS, 1989, p. 196-8).

Enquanto mecanismo de reprodução social, Waters (1989, p. 199) assevera que o patriarcado não pode ser subordinado à classe, segundo algumas feministas, como veremos à frente. Nessa acepção, o patriarcado tanto transcende quanto é secundário à “distribuição





primária de propriedade, poder e trabalho”, definida “na estrutura das relações de classe”. Assim, a subordinação feminina vincula-se à reprodução da força de trabalho e à reprodução das relações sociais de produção. Ainda que haja singularidades espaçotemporais, “as relações patriarcais são historicamente universais” e a manutenção delas é estruturalmente condicionada à “existência de uma estrutura de classe”. Diferentemente, o sistema de classe-sexo (WATERS, 1989, p. 200-1) pressupõe que o patriarcado não é ligado especificamente ao capitalismo, já que este é posterior àquele e ambos são relativamente autônomos, ou seja, a produção de mercadorias decorre “dos padrões fundamentais de produção doméstica”. Nesse sentido, poder e trabalho são duas estruturas que se interseccionam e “a condição estrutural para a manutenção de relações patriarcais é a diferenciação entre as arenas pública e doméstica com base no sexo”.

Gerda Lerner, n’*A criação do patriarcado. História da opressão das mulheres pelos homens* (2019[1986], p. 66) tem por objetivo dar “historicidade ao sistema de dominância masculina e afirmar que suas funções e suas manifestações mudam ao longo do tempo”. Isso nos parece ser uma estratégia adequada para desnaturalizar a opressão e a misoginia que chegaram a nossos tempos. Assim como a autora, buscamos oferecer um modelo de compreensão do surgimento das cidades a fim de, oportunamente, chegarmos a uma definição para a natureza do espaço urbano. Dokter (2018) estabelece uma interessante vinculação entre o patriarcado e a metalurgia. Katherine Wright (2007, pp. 235; 199-202), por seu turno, acusa Lerner de superficialidade no trato com as evidências arqueológicas e lista 14 proposições sobre as raízes do patriarcado:

[...] (1) A dominância masculina tem raízes profundas na evolução humana, no comportamento de caçadores-coletores e no Paleolítico, de acordo com algumas leituras da teoria evolucionária [...]. (2) A teoria evolucionária é, ela própria, androcêntrica [...], mas, de qualquer modo, a dominância masculina não pode ser demonstrada no Paleolítico [...]. (3) A dominância masculina emerge em sistemas de linhagem e ideologias de parentesco correlatas associados com produtores de alimentos [...]. Ela poderia ter começado a aparecer em algumas sociedades no início do Neolítico [...], embora haja evidência que parece contradizer isso [...]. Pelo menos, as negociações políticas entre os sexos foram centrais para as primeiras vilas e para o início da vida agrícola, de um modo que não tinham sido antes [...]. (4) A arte das sociedades do Paleolítico tardio e do Neolítico primevo era dominada pelas imagens de mulheres, especificamente mulheres grávidas. Isso indica uma ênfase sobre a reprodução [...], a fertilidade e a maternidade e possivelmente em religiões que enfatizavam mulheres maduras em um culto ctônico, uma religião deusa-e-touro ou uma religião da deusa-mãe [...]. (5) Imagens de mulheres maduras são muito comuns na arte neolítica, mas há também imagens de homens e figuras sem sexo, e não há evidência de que as figuras



femininas representem deusas [...]. (6) Nas sociedades agrárias do Velho Mundo de hoje, grupos agrícolas engajados em agricultura extensiva com enxada são frequentemente caracterizados pela descendência matrilinear, poder social e econômico feminino e dote (como em muitas culturas africanas). Em contraste, a horticultura, o cultivo intensivo baseado no arado e o pastoreio de animais especializado são amplamente associados com descendência patrilinear, muito menos poder para as mulheres e sistemas de dotes (como em grande parte da Eurásia) [...]. Por analogia, uma vez que as primeiras sociedades neolíticas devem ter sido baseadas na agricultura de enxada, presumivelmente elas eram caracterizadas pela matrilinearidade, pelo poder feminino e pelo dote. Com o surgimento do pastoreio, da agricultura intensiva, e do arado, a descendência patrilinear e os sistemas de dote apareceram, resultando em um declínio no status feminino. À luz da evidência arqueológica sobre a evolução da agricultura e do pastoreio, as raízes do patriarcado no Oriente Próximo situar-se-ia, desse modo, nos 6º-5º milênios AEC [...]. (7) Em certas sociedades atuais que dependem fortemente do gado doméstico, o comércio de mulheres – dirigido por homens – é uma característica central [...]. Por analogia, o comércio (e a exploração de) mulheres teria acompanhado a domesticação do gado, no 6º milênio AEC [...]. (8) As sociedades neolíticas eram matrifocais (e possivelmente matrilineares e matriarcais), até serem derrubadas por sistemas patriarcais associados à propriedade privada, à monogamia e classes estratificadas com acesso diferenciado aos meios de produção agrícola (isto é, terra e água) [...]. Por analogia, novas formas de exploração das mulheres teriam emergido na Revolução Urbana (o período Uruk) no final do 4º milênio AEC [...]. (9) Alguns estudos etnográficos indicam que o status das mulheres declina durante a formação do Estado porque a reprodução, ela própria – a qual simboliza o parentesco – torna-se politizada e tem de ser controlada pela autoridade estatal, a qual é ameaçada pelo parentesco/pela reprodução [...]. (10) Alguns estudos etnográficos sugerem que o status feminino declina com a emergência de sociedades estatais, como um resultado de mudanças na identidade social das mulheres em relação aos homens. Em sociedades baseadas no parentesco, mulheres conservam elevado status como ‘irmãs e mães’; conforme sociedades de classe emergem, mulheres são redefinidas como ‘mulheres e filhas’ de homens e perdem status [...]. (11) Alguns etnógrafos propõem que o status das mulheres de fato podem melhorar com o desenvolvimento do urbano, do Estado, ou das sociedades de classes, porque esse desenvolvimento abre caminhos para papéis sociais mais diversos para além daqueles do parentesco [...]. (12) Alguns historiadores sugerem que na Mesopotâmia um declínio no status das mulheres ocorreu apenas bem depois das primeiras cidades-Estados sumérias, nas quais mulheres são pensadas como tendo desfrutado alto status social e considerável poder. O declínio supostamente ocorreu no final do 3º milênio AEC, com a dominância emergente de soberanos de língua acadiana [...]. (13) Análises arqueológicas recentes sobre as mulheres e os primeiros Estados têm oferecido críticas acentuadas sobre os modelos anteriores, com base no fato de que tanto modelos quanto informações sobre as quais eles se baseiam estão presos em hipóteses historicamente situadas que, em último caso, são ocidentais, colonialistas, masculinas, sexistas e essencialistas [...]. [...] (14) Al-Zubaidi (2004) criticou Zagarell (1986) por este pertencer à [...] tradição de outros antropólogos como Sacks (1982), Leacock (1983) e Gailey (1987) que, com



base em Engels (1983)², interpretaram a formação do Estado como um processo com efeitos desvantajosos sobre o status de mulheres e sobre a origem de desigualdades de gênero baseadas na exploração econômica. Uma vez que pouco é conhecido sobre o status e o trabalho das mulheres em grupos de parentesco antes do estabelecimento de uma força de trabalho pública, é difícil avaliar tais argumentos (WRIGHT, 2007, pp. 235; 199-202; AL-ZUBAIDI, 2004, p. 126 *apud* WRIGHT, 2007, p. 202).³

Lerner (2009[1986], p. 182; 261) assevera que “o Estado arcaico foi moldado e desenvolvido na forma do patriarcado”, tendo como “unidade básica de sua organização [...] a família patriarcal”. No modelo proposto pela autora (LERNER, 2019[1986], p. 261), um dos fatores fundamentais para a institucionalização do patriarcado é a sexualidade feminina, a qual consiste “de suas capacidades e seus serviços reprodutivos e sexuais”. Isso se inicia com a troca de mulheres decorrente do desenvolvimento da agricultura no Neolítico, e tinha o objetivo de evitar conflitos intertribais e ter mais mão de obra agrícola, já que crianças também eram empregadas no trabalho primário. Consequentemente,

[...] “Homens como grupo” tinham direitos sobre as mulheres que as “mulheres como grupo” não tinham sobre os homens. As próprias mulheres tornaram-se um recurso adquirido por homens tanto quanto as terras adquiridas por eles. Mulheres eram trocadas ou compradas em casamentos para benefício de suas famílias. Depois, elas foram dominadas ou compradas para a escravidão, quando seus serviços sexuais eram parte de sua mão de obra e seus filhos eram propriedade de seus senhores. Em toda sociedade conhecida, as mulheres das tribos conquistadas eram escravizadas primeiro, enquanto os homens eram mortos. Somente depois que os homens aprenderam como escravizar as mulheres dos grupos que podiam ser definidos como estranhos é que eles aprenderam a escravizar os homens desses grupos e, em seguida, grupos subordinados de suas próprias sociedades. Dessa forma, a escravidão de mulheres, combinando tanto o racismo quanto o machismo, precedeu a formação de classes e a opressão de classes. As diferenças de classes foram, em seu início, expressas e constituídas em termos de relações patriarcais. A classe não é um constructo separado do gênero. Em vez disso, a classe é expressa em termos relacionados ao gênero (LERNER, 2019[1986], p. 262).

Ademais, Lerner (2019[1986], pp. 262; 81) propugna que o comércio de mulheres é a base do surgimento da propriedade privada, e, seguindo a proposição de Meillasoux (1972),

² A autora refere-se aos seguintes trabalhos: ENGELS, F. *The Origin of the family, private property, and the State*. New York: International Publishers, 1972[1884]; GAILEY, C. W. 'Evolutionary perspectives on gender hierarchy'. In: HESS, B. & FERREE, M. (ed.), *Analyzing Gender*, 1997, pp. 32-37. Beverly Hills: Sage Press, 1987; LEACOCK, E. B. 'Introduction'. In: ENGELS, F. & LEACOCK, E. B. (ed.). *The Origins of the family, private property and the State*. New York: New World Paperbacks, International Publishers, 1972; SACKS, K. *Sisters and wives: The past and future of sexual equality*, Urbana, IL: University of Illinois Press, 1982; ZAGARELL, A. *Trade, women, class and society in ancient Western Asia*. In: *Current Anthropology*, n. 27, 1986, pp. 415-30.

³ Optamos por esta longa citação porque este texto não foi traduzido para a língua portuguesa.





entende que “o controle sobre a reprodução (sexualidade feminina) *precede* a obtenção da propriedade privada” (grifo no original). Assim, é “através do homem que as mulheres recebem ou perdem acesso aos meios de produção e a recursos. É por meio de seu comportamento sexual que ganham acesso à classe” (LERNER, 2019[1986], p. 265). Charvát (2013, p. 141), Leick (2010, p. 190) e Dokter (2018, p. 45-6) acrescentam que boa parte do trabalho escravo era feminino e, com frequência, infantil, dos filhos delas; e que embora fosse a menor parte do trabalho e da riqueza, teve um papel considerável nas relações de gênero. Por fim, deve-se destacar que

7

[...] [a] opressão e a exploração econômicas baseiam-se tanto na transformação da sexualidade feminina em mercadoria quanto na apropriação pelos homens da força de trabalho das mulheres e de seu poder reprodutivo como aquisição econômica direta de recursos e pessoas. O Estado arcaico no Antigo Oriente Próximo emergiu no segundo milênio a.C., a partir das raízes idênticas da dominância sexual dos homens sobre as mulheres e da exploração de alguns homens por outros (LERNER, 2019[1986], p. 265).

Isso posto, cabe dirigir nossos comentários ao terceiro capítulo da obra citada, uma vez que traz apontamentos sobre as práticas espaciais da Suméria. Não há causa única para o surgimento do patriarcado, mas deve-se questionar qual geograficidade pode ter contribuído para esse fenômeno. Ao centralizar no Estado arcaico a origem do patriarcado, Gerda Lerner (2019[1986]) padece de falta de imaginação geográfica – seu modelo peca por não trazer à consciência a dependência desse Estado arcaico de uma das grandes invenções mesopotâmicas – a cidade e o urbano, sendo a outra a escrita. Charvát (2013, pp. 97-102; 128; 315) situa o surgimento do Estado no início do IV milênio A.E.C., ressalta que é apenas no começo do século XXVIII A.E.C. que ocorre a “total separação da autoridade estatal dos elementos sacros” e menciona que o Estado arcaico foi capaz de oferecer confortos materiais e segurança aos seus cidadãos; em especial, das elites. Em seu texto, a autora (LERNER, 2019[1986], p. 85) elenca as seguintes características do Estado arcaico:

- a) Surgimento de classes e hierarquias relacionadas à propriedade;
- b) Produção de bens consumíveis com alto grau de especialização e comércio organizado entre regiões distantes;
- c) Urbanismo, aparecimento e consolidação de elites militares;
- d) Realeza;
- e) Institucionalização da escravidão;
- f) Transição de dominância por parentesco a famílias patriarcais como principal forma de distribuição de posse e poder.



É interessante perceber que na citação acima o processo de urbanização é vinculado ao da formação de elites militares. Ademais, de acordo com Lerner (2019[1986], p. 85-6), o Estado arcaico desenvolveu-se tanto por uma alteração na cosmogonia mesopotâmica, por meio da subjugação de “divindades femininas a deuses masculinos superiores” quanto pela alteração da estrutura social, do parentesco para a classe, algo abordado por Robert McCormick Adams (1966), Charles Redman (1978) e por “muitas autoras feministas [que] chamaram atenção recentemente para **esse aspecto da revolução urbana**” (grifos nossos). Nessa passagem fica clara a correlação entre o surgimento do patriarcado e a ‘revolução urbana’ do Oriente Próximo Antigo, segundo Gerda Lerner (2019[1986], p. 86). Não significa que seja uma relação de causa e efeito, mas é importante perceber como essa geograficidade contribui para o desenvolvimento do patriarcado. Ao se filiar basicamente a Adams (1966, p. 226), Lerner (2019[1986]) baseia sua obra em uma perspectiva que procura enfatizar “não apenas a complexidade do processo [de urbanização] mas também a multiplicidade de fatores” que o desencadeou.

Três transformações foram imprescindíveis para o desenvolvimento da cidade: a capacidade de empreender uma divisão do trabalho (agricultores, pastores e pescadores) que garantia excedentes e que permitiu o crescimento populacional em tamanho e em densidade; a mudança do parentesco para a estratificação social como parâmetro das relações sociais; e, por fim, a transferência do poder do templo para o Estado. Para Redman (1966 pp. 226-8; cf. também ADAMS, 1966, p. 43; 48; 54-8; MCINTOSH, 2005, p. 55), a água é um bem precioso que afeta a produção de alimentos e que estabelece uma vantagem político-econômica: quanto mais próxima às fontes de água, mais produtiva e mais valorizada é a propriedade, o que gera estratificação de riqueza entre os agricultores e entre as diferentes atividades produtivas. Por conseguinte, essa estratificação favoreceu algumas famílias, e é

[...] provável que estas [...] tentassem reter fortuna e poder ao defender uma estrutura organizacional que institucionalizou as diferenças que emergiram – uma estrutura amplamente baseada em atividades econômicas conectadas à linhagem de uma pessoa. A elite religiosa, que controlava a produção e a redistribuição, e a elite proprietária, que controlava a melhor terra agricultável, formavam os estratos superiores da sociedade. [...] O intercâmbio e a redistribuição da comida produzida eram geridos pelos membros da comunidade do templo. O crescimento deste meio centralizado de redistribuição deu a um grupo de pessoas, a elite do templo, o poder de coagir agricultores ou pastores a produzir excedentes, algo que não seria feito por simples intercâmbio (REDMAN, 1978, p. 226-7).

Esse processo é a base do desenvolvimento humano sob uma perspectiva geográfica: um processo de adaptação, por meio da técnica, que permitiu quatro avanços – “animais tolerantes ao calor, plantas resistentes à salinidade, sistemas de irrigação simples e chefatura organizada e hierarquizada – que estabeleceram as bases para a rápida emergência do urbanismo na planície mesopotâmica” (REDMAN, 1978, p. 231). Cabe ressaltar que Adams (1966, p. 59) afirma que esse processo adaptativo é regional e não centrado em um único assentamento. Geograficamente, isso é relevante porque demonstra a ‘impossibilidade’ da autossuficiência⁴, com os povos mesopotâmicos necessitando de importações de materiais não encontrados *in situ* (BOTTÉRO; HERRENSCHMIDT; VERNANT, 2000, p. 21; REDMAN, 1978, p. 233).

Redman (1978, p. 319) afirma isso quando propõe que “as terras baixas da Mesopotâmia são desprovidas de algumas das matérias primas mais básicas de que precisava para sua economia”. Isso reforçou a emergência do urbanismo e “o controle desse comércio era um objetivo primordial dos subseqüentes governantes de cidades”, já que conferiria “poder e riqueza”. Essas redes dependeram, portanto, do militarismo e da administração complexa – funcionários especializados em organizar os fluxos de comércio eram parte relevante da burocracia dos primeiros estados. Ainda segundo Redman (1978, p. 320), “não foi até o estabelecimento de comunidades sedentárias capazes de produzir comida suficiente para amparar a manufatura de bens materiais que o investimento em larga escala em trabalhos defensivos tornou-se necessário”. Ademais,

[...] a criação de um exército permanente com seus próprios administradores mudou a base primária de poder em cidades antigas dos líderes religiosos para o comandante do exército. Essa transição na história política nunca foi completamente revertida (REDMAN, 1978, p. 321).

Por conseguinte, o crescimento populacional e o crescimento urbano contribuíram para o militarismo organizado, já que os limites das cidades-Estados poderiam chocar-se entre si. A respeito disso, cabe ressaltar que, segundo Redman (1978, p. 319), a unidade política mesopotâmica era a cidade-estado, que compreendia tanto o sítio urbano quanto “a área circundante diretamente sob seu controle”. O autor (REDMAN, 1978, p. 321) assevera ainda que “evidências arqueológica e escrita indicam que o militarismo exerceu um papel

⁴ Pode-se pensar que o ideal de autossuficiência era possível em razão do nomadismo; assim sendo, o Jardim do Éden deve ser encarado como *axis mundi*.

preponderante na formação das cidades e estados antigos”. Isso dialoga com o trabalho de Righi (2017), que infere que o surgimento da cidade é um importante mecanismo de gestão da violência.

Outros dois aspectos relevantes que devem ser mencionados são a religião e o papel das mulheres. Neste caso, cabe alertar que Lerner (2019[1986], p. 57-63) refuta a ideia de um matriarcado primevo que, em uma concepção evolucionista, foi substituído pelo patriarcado. Não se podem confundir matriarcado e patriarcado com matrilocalidade/matrilinearidade e patrilocalidade/patrilinearidade. As evidências científicas apontam para um modelo outro que o de patriarcado em Çatal Hüyük (LERNER, 2019[1986], p. 64), que não se confunde com a idealização de um matriarcado universal pré-histórico. A autora (LERNER, 2019[1986], p. 59) define “matriarcado como a imagem refletida do patriarcado. Segundo essa definição, eu concluiria que nunca existiu uma sociedade matriarcal”.

A respeito disso, Lerner (2019[1986], p. 65) assevera que criar mistificações compensatórias do passado não contribuirá para a emancipação feminina. O ponto central deve ser questionar a naturalização da mulher e do feminino presentes em pensamentos banais, como ‘as características femininas próprias de uma mulher’, a ‘superioridade física do homem’, a “capacidade reprodutiva feminina” (LERNER, 2019[1986], p. 43), as quais atribuem o papel da mulher a questões biológicas, por um lado; e a extensão disso na cultura e no mundo simbólico, ao longo do tempo, como verificado na teoria freudiana, quando Freud (2011[1924]), p. 188) afirma que “anatomia é destino” e pelo que foi fortemente criticado (KOFMAN, 1985; MOI, 2001). Deve-se ressaltar que Lerner (2019[1986], p. 71) aceita uma divisão sexual do trabalho primeva em razão da maternidade e da lenta maturação humana.

Com efeito, isso culminou na reificação da capacidade reprodutiva feminina, uma vez que, aliada a possíveis dificuldades de adaptação ao meio e de reprodução, reforçava a necessidade de mulheres nos grupos sociais – “a primeira apropriação da propriedade privada é a apropriação do trabalho de mulheres como *reprodutoras*” (LERNER, 2019[1986], p. 83) (grifo no original). Uma forma primeira de autoconservação de um grupo é a garantia de sua procriação. Associado ao comércio de mulheres, que as tornam objetos; aos conflitos intertribais, que reforçam o papel da guerra e do militarismo; e ao desenvolvimento da agricultura e da pecuária, que hierarquiza e estratifica os grupos humanos, deram-se as condições para a exploração sexual da mulher e a exploração do trabalho humano, unidos “de



forma inextricável” (LERNER, 2019[1986], p. 83), e fortalecidas pela propriedade privada. Assim, retornamos à narrativa inicial quando tratamos do surgimento do Estado arcaico.

Rayna Rapp (1978, p. 3-4) assevera que, “como o parentesco foi reduzido como base organizacional, e a estratificação de classe cresceu, surgiu a família patriarcal”. Entre as características dessa inovação, estava a “politização crescente do parentesco[,] [...] o uso de sistemas cosmológicos e religiosos para fazer declarações sobre gênero e estratificação de classe” e, por fim, o militarismo e o comércio extensivo, já que “a extração de excedentes acompanhava a organização hierárquica”. McIntosh (2005, p. 165) afirma que “o homem era o chefe de família. Filhos permaneciam subordinados aos pais mesmo depois do casamento, e a propriedade familiar era controlada pelo pai até a sua morte”. Na ausência dele, os irmãos poderiam agir como autoridade doméstica. Outro fator relevante era que “a descendência era considerada na linha masculina” (ADAMS, 1966, p. 82).

Já Redman (1978, p. 321) afirma que o “status das mulheres parece ter mudado substancialmente com a emergência da sociedade complexa”, ou seja, de sociedades urbanas, as quais “são desenvolvidas por intermédio de intensa especialização de tarefas e grandes desigualdades na distribuição de riqueza”. Frick (1997, p. 18) reitera a proposição anterior:

[...] Além da utilidade das cidades para administração e defesa, elas atraíam aqueles que sentiam que sua individualidade foi reprimida pela organização social baseada no parentesco. Pelo lado positivo, as cidades ofereciam a esses indivíduos uma medida de liberdade, de anonimato, de privilégio, a oportunidade de desenvolver suas habilidades e o estímulo de ser parte de uma unidade sociopolítica mais heterogênea do que aquela baseada no parentesco. No entanto, o significado das cidades no mundo antigo não era limitado a essas oportunidades. **A condição (status) da mulher, por exemplo, parece ter se deteriorado substancialmente com a urbanização** (grifos nossos). Embora arqueólogos só recentemente tenham começado a examinar tais questões, inferências podem ser feitas a partir estudos etnográficos. O advento dos assentamentos permanentes iniciou mudanças que levaram ao aumento da desigualdade de status entre os sexos. A ascensão das cidades também causou mais desigualdade na distribuição da riqueza. A maioria das sociedades pré-urbanas eram basicamente igualitárias com pouca especialização, exceto as determinadas por idade e sexo. Sociedades urbanas, contudo, são caracterizadas pela especialização de tarefas e graves desigualdades na distribuição da riqueza.

Isso reforça a ideia de que a cidade é o lócus privilegiado da institucionalização do patriarcado e que a ruptura entre as protocidades e as cidades mesopotâmicas é dada por esse processo acima descrito. Wright (2007, p. 236) assevera que “[g]ênero não era meramente uma questão interessante e secundária para a urbanização; ela pode ter estado no coração do



processo”. Em relação às 14 proposições sobre o patriarcado, Wright (2007, p. 212) invalida as de números 11 e 12 em sua totalidade e, parcialmente, a de número 6, já que, mesmo com o patriarcado vigente no 3º milênio AEC, havia pagamentos de dotes nos contratos de casamento. Outras críticas presentes em Lerner (2019[1986]) e em outros autores (WRIGHT, 2007, pp. 229-32) questionam as proposições que pressupõem a dominância masculina durante a Pré-história/ Neolítico até o surgimento do período Uruk.

Há que se atentar para as periodizações da cronologia mesopotâmica. De acordo com Wright (2007, p. 202), ela começa com a Cultura de Samarra, entre 6.000 e 5.550 AEC. Seguem-se os períodos: Ubaid, entre 5.500 e 4.000 AEC; Uruk, entre 4.000 e 3.100 AEC; Jemdet Nasr, entre 3.100 e 2.900 AEC; Primeiro Dinástico I, entre 2.900 e 2.700 AEC; Primeiro Dinástico II, entre 2.700 e 2.500 AEC; Primeiro Dinástico III, entre 2.500 e 2.350 AEC; Dinastia Acádia, entre 2.350 e 2.200 AEC; e, por fim, Ur III, entre 2.200 e 2.000 AEC. Essa cronologia diverge em várias datas daquela apresentada por Leick (2003 [2001]) n’*A invenção da cidade*. No recorte que mais nos interessa, Uruk, a periodização proposta por esta autora (LEICK, 2003 [2001], p. 21) abrange os anos entre 4.000 e 3.200 AEC. McIntosh (2005, pp. 349-50) propõe para o período Uruk o período entre 4.100 A.E.C. e 3.100 A.E.C. Jennings (2011, p. 58) periodiza Uruk entre 4.200 A.E.C. e 3.100 A.E.C.

De todo modo, Wright (2007, pp. 216-7; 225) enfatiza que é em Uruk que “os termos relacionados aos homens parecem abranger tanto o masculino quanto seres humanos em geral. E a esses termos falta ênfase à sexualidade”. Nesse sentido, “**os textos parecem implicar que ‘homem’ é geral, sem gênero, humano, a norma; ‘mulher’ é específico, sexual, reprodutivo, o outro**” (grifos nossos), o que se adequa à “arte mesopotâmica posterior e à linguagem escrita”. Assim, os dados “indicam que as elites de Uruk estavam montando um tremendo desafio à tradicional autoridade baseada nos padrões muito antigos do parentesco e do casamento. **Gênero era central para esse desafio**” (grifos nossos). Isso teve implicações prováveis nas práticas de morar e artística.

Wright (2007, p. 228) reforça que os prédios públicos de Uruk tinham plantas baixas semelhantes às das moradias privadas durante o período homônimo, assim como as casas eram bem abertas ao escrutínio da sociedade. Isso decorre da necessidade de controle social, especialmente em um momento de definição da família como *household* (pessoas que residem na mesma casa e tudo o que está relacionado com seu cuidado) e não mais como linhagem



(decorrente do parentesco). Essa mudança permitia a incorporação de trabalhadores e especialistas no mesmo grupo, por exemplo. Esteticamente, ao contrário das artes visuais anteriores,

[...] as imagens visuais das mulheres de Uruk enfatizam produção em vez de reprodução; sem rosto, anonimidade sem sexo, identidade social não especificada, pertencimento grupal em decorrência de ocupação profissional, sem parentesco. Com poucas exceções, a sexualidade feminina (diferentemente da sexualidade masculina) basicamente não aparece na arte Uruk. Mesmo a sexualidade de Inanna é minimizada; embora possivelmente envolvida no Casamento Sagrado, ela nunca está nua, não representa maternidade e seu poder está no reino do outro mundo. Contudo, a sexualidade feminina de fato aparece na escrita primeva, em forma estereotipada altamente abstrata. Escritores de Uruk parecem ter reduzido a identidade feminina a um conjunto bem específico de atributos sexuais, e as categorias são todas baseadas no ciclo de vida feminino.

Nesse sentido, é importante lembrar que a religião exerce um papel fundamental na vida mesopotâmica, e que os cultos e deuses domésticos e familiares continuaram a existir no período Uruk, mas foram considerados menores frente aos deuses e deusas “públicos e oficiais”, os quais representavam as cidades (WRIGHT, 2007, p. 236). Segundo Wright (2007, p. 208), mesmo a deusa Inanna, “a mais alta mulher da elite, tinha de responder ao parente masculino dela, como nitidamente ilustrado no Ritual do Casamento Sagrado” (em referência ao período Ur III). Inanna era a deusa da cidade de Uruk, cujos reis se relacionavam com ela de modo sexual (LEICK, 1994, pp. 109-10), reforçando o papel de esposa da deusa e a virilidade e o vigor extraordinários dos reis. É interessante perceber que Inanna é filha de um deus masculino, Nanna(r) (Sin, em acádio), deus da Lua, gerada sem intercurso sexual e patrona de uma cidade referência do mundo mesopotâmico (LEICK, 2010, p. 89), o que nos remete à Atená grega. Tampouco Inanna era mãe, apesar de corporificar a libido e o amor sexual (LEICK, 2010, p. 93).

Sobre a cosmogonia mesopotâmica, Leick (1994, p. 14) afirma que Engur, “a autocontida *prima materia*, é dividida em dois componentes Apsû e Tiamat”, gramaticalmente masculino e feminino, respectivamente. É interessante perceber que ambos correspondem à água doce e à água salgada. Essa mistura de águas gerou Anshar, o céu primevo, e Kishar, a terra primordial. Por sua vez, ambos geraram Anu, deus do céu, cuja *semente* é a chuva, e Ki, deusa da terra. Ki dá à luz às plantas e aos Annunaki, controladores dos destinos da humanidade – Enki; Enlil, criador da civilização, cujo templo era ligação entre céu e terra; e Ninsun. Enlil





casa-se com a Ninlil, deusa do vento e do campo aberto e tem dois descendentes: Ninurta, deus da agricultura e da chuva e, com o tempo, um guerreiro que combatia as hordas da montanha; e Nana(r), o deus da Lua, pai de Inanna, a patrona de Uruk (ALMEIDA, 2015, p. 75; ALMEIDA & ROSA, 2019; 2021; BLACK & GREEN, 2009[1992]; ELIADE, 2010[1976], pp. 66-91; ESPAK, 2006). Esta deusa é o objeto da tese de Isabel Almeida (2015), que nos é bastante cara. Assim a autora (ALMEIDA, 2015, pp. 140; 182; 187-8; 190-1; 283; 364; 372; 276; 285) apresenta-nos a Inanna:

[...] a Inanna arcaica é simultaneamente Vénus no seu aspecto dual, o marco fronteiro entre planos cósmicos e terrenos (mundo dos vivos vs. mundo dos mortos e urbe vs. estepe), o princípio da prosperidade agrícola (rosetas de que o gado se alimenta) e da fauna (caprinos, leão e touro), a princesa/rainha que governa Uruk e que escolhe o em para governar em seu lugar [...] uma deusa ligada ao poder real, à guerra, ao amor e à dualidade de Vênus. [...] As referências às divindades masculinas com uma forte componente astral, permitem, assim, um destaque na governação do cosmos: Inanna, que é, ao mesmo tempo, a [Ishtar] semita, sobressai através da benção do seu pai e por se assemelhar a ele e ao irmão, enquanto divindade radiante, que domina o firmamento. [...] através do uso da força diluviana, Inanna impõe sua vontade perante as terras estrangeiras, ou seja, impõe um novo paradigma de governação universal. [...] a destruição diluviana representa o regresso ao caos primordial, personificado [...] por Namma, na tradição suméria, e por Tiamat e Apsu, na tradição semita. Para os mesopotâmios, a ordem cósmica, que surge do oceano primevo, não era entendida como definitiva, estando antes sob constante ameaça de um retorno à confusão do momento primordial. [...] O dilúvio torna-se, assim, um símbolo de destruição mas, de igual modo, significa uma nova ocasião para restaurar a ordem cósmica. [...] as vertentes que assumimos como centrais no processo construtivo da personalidade da nossa protagonista: a soberania cósmica e a dualidade astral, que encontram uma expressão evidente no seu carácter liminar e, por isso, mutável e em movimento. [...] A capacidade transformativa de Inanna inscreve-se na sua personalidade liminar, pois tal como detém o poder de transformar homens em mulheres, a deusa consegue, igualmente, transformar humanos em daimones, agindo de acordo com a sua soberania tanto na cidade, como na estepe. [...] A teologia mesopotâmica do poder encontra-se patente na Inanna arcaica, que entregava o ofício en, que tutelava a abundância, que delimitava e pertencia tanto ao espaço urbano como ao selvagem. O seu perfil liminar permitia-lhe uma movimentação pela natureza, que acabava por dominar. [...] a deusa é a responsável pela ordem cósmica, detendo o poder de integrar o selvagem no civilizado.

Desse modo, Inanna tem como características basilares a liminaridade e a ordenação cósmica, representando a integração do território, por meio do soberano *en*, e exerce o “signo de fronteira: delimita a área sagrada e integra o selvagem no mundo urbano” (ALMEIDA, 2015,





p. 136). Para adquirir poderes culturais, inicia uma viagem pelo “território estépico, concebido pelos mesopotâmios como a região selvagem em oposição ao mundo civilizado da urbe” (ALMEIDA, 2015, p. 226). Pode-se traçar um paralelo, segundo Almeida (2015, p. 226) com a trajetória de Enkidu – “o processo de aculturação surge no imaginário simbólico mesopotâmico como uma jornada, individual/comunal, do mundo selvagem em direcção ao mundo civilizado”. Cabe ressaltar que essa liminaridade não é apenas geográfica.

Um elemento que trazemos é justamente que essa liminaridade diz respeito também à consolidação do próprio patriarcado – Inanna compartilhou com An a tutela de Uruk, possivelmente pela evocação “de *pater familias* que este deus apresenta e não de pai efectivo” (grifos no original) (ALMEIDA, 2015, p. 158). Em relação à Enki, que presenteia Inanna com os “**me** numa lógica de corte à deusa [...] através da demonstração do seu poder cósmico” (grifo no original) (ALMEIDA, 2015, p. 227) há outro episódio em que o poder masculino é concedido à deusa, a qual acaba por se tornar mais forte que o próprio Enki. Desse modo, Inanna é a primeira e a última mulher a exercer tanto poder, já que no decorrer dos séculos as divindades principais serão masculinas – na tradição semita, o enfoque deixa de ser a capacidade de ordenar o cosmos para tornar-se a tutela dos atributos sexuais e femininos. Assim nos esclarece Almeida (2015, p. 374):

[...] os Acádios tiveram o cuidado de respeitar a sua tradição semita, que conferia um papel destacado às divindades masculinas. Recorde-se como Inanna/Ištar, nestas composições hínicas, recebeu a legitimidade para deter a arma diluviana, o poder bélico e a soberania governativa de deuses, como Iškur, Nanna, Enlil e Na. [...] a elevação de Inanna/Ištar a um eminente patamar, **pela vontade de An e Enlil**, tendência que conhecerá um forte desenvolvimento nos milénios seguintes, nas figuras de Marduk e de Aššur, que foram promovidos a divindades nacionais da Babilónia e da Assíria, respectivamente (grifos nossos).

Ademais, Inanna encarna uma personalidade que não condiz com o comportamento esperado das mulheres mesopotâmicas por duas razões: não era mãe e não se casou formalmente com Dumuzi na mitologia, sendo uma “noiva-viúva”, já que “a relação de ambos nunca foi completamente concretizada, no sentido do casamento ser firmado, o que lhe permite a liberdade amorosa que marca a sua personalidade (ALMEIDA, 2015, pp. 363-4). Acerca da maternagem, Almeida (2015, p. 295) afirma que “Inanna/Ištar assume-se como uma divindade que não procria, embora manifeste um carácter maternal/protector em relação ao rei e à sua população, de acordo com as suas funções de soberana divina”. Desse modo, a deusa não “tem



de ficar confinada às actividades domésticas que a larga maioria das mulheres conhecia no seu matrimónio” (ALMEIDA, 2015, p. 349). Sua maternidade está conscrita ao “aspecto maternal numa lógica de protecção, que se manifesta, em termos específicos, na vigília do rei, enquanto criança e, em termos gerais, da sua população, ao longo do tempo” (ALMEIDA, 2015, p. 378).

Jean Bottéro (2019[1992], p. 93) atesta sobre o casamento que, em uma “sociedade tão exclusivamente patriarcal, as mulheres tinham de deixar sua família para ir viver, até sua morte, na ‘casa’ e no ambiente doméstico do marido, que pagou aos pais da esposa” um dote. Ademais, “o homem era, de pleno direito, o mestre absoluto de sua esposa, da mesma forma que de seus servos, de seu gado e de seus bens” (BOTTÉRO, 2019[1992], p. 114), o que, deve ser dito, é a concepção por trás da palavra *família* até bem recentemente (BESSELAAR, 1994, p. 341)⁵. Um exemplo posterior de Uruk, mas que demonstra a consolidação do patriarcado na Mesopotâmia, trazido por Bottéro (2019[1992], pp. 138-9), é que, para “um homem, casar era, em acadiano, ‘tomar posse de sua esposa’, do mesmo verbo (ahâzu) comumente ouvido sobre a tomada de corpos de pessoas ou de um território ou de uma mercadoria qualquer”. Mais uma vez o carácter liminar de Inanna, tanto por fugir a esse padrão quanto por ser um marco no antes e depois na consolidação do patriarcado.

Dumuzi é figura mítica que aparece milênios depois do período Uruk, assim como a hierogamia entre si e Inanna (ALMEIDA, 2015, p. 175). Quanto a isso, Almeida (2015, p. 352) alerta que a hierogamia “se prendia com a transferência do poder governativo, onde, como vimos, se inscrevia a capacidade de prover a abundância, a todos os níveis” e a relação entre ambos “implica o reafirmar dos laços mútuos entre o divino, o rei e a população” (ALMEIDA, 2015, p. 352). Entre os epítetos de Dumuzi, estão os de pastor e de touro selvagem, remetendo “para o seu domínio da natureza indomável e para a sua função enquanto governante de Uruk e Badtibira, possibilitada pela união com a deusa do poder governativo” (ALMEIDA, 2015, p. 344). Isso demonstra, outrossim, seu carácter liminar, espelhando o mesmo carácter de Inanna e, claramente, sendo uma complementaridade entre urbe e estepe (ADAMS, 1966, p. 49; ALMEIDA, 2015, pp. 344-5). Acerca de Dumuzi, Almeida (2015, pp. 345-6) propõe que

⁵ Aparentemente, há divergência com o que encontramos em Leick (2010, p. 114): “A estrutura social da sociedade mesopotâmica era patriarcal, mas as mulheres não eram consideradas propriedade legal dos homens. Elas poderiam possuir propriedades e se envolver em negócios por conta própria. O casamento na Mesopotâmia era a coabitação socialmente sancionada entre um homem e uma mulher para fins de procriação. Um grande valor era colocado na fertilidade feminina, e a esterilidade constituía motivo para o divórcio ou para o marido convidar outra mulher para a família para garantir a ele sua descendência”.

[...] Dumuzi, um deus que morre ciclicamente, original de uma urbe identificada com o Inframundo, inscreve-se no mesmo quadro comportamental destas criaturas. Ao mesmo tempo, enquanto pastor, detém a capacidade de tornar o território não cultivável em abundante, através da tutela da pecuária. [...] Os motivos para a sua união encontram-se, assim, num emaranhado de referências de origem neolítica, suméria e semita, que se prendem com o entendimento dual do *numen*, da vida e da morte, da civilização e da natureza selvagem, cuja reunião, sob a égide de Inanna/Ištar, se manifestava na concepção da monarquia mesopotâmica. Dumuzi representava, então, o paradigma de rei, sendo escolhido pela deusa por conciliar os mesmos aspectos que Inanna reunia, ao mesmo tempo que, através dessa escolha, via a sua ação e carácter liminares legitimados.

Isso reforça a proposição acerca da dicotomia entre urbe e estepe (e não à agricultura), também encontrada em McIntosh (2005, p. 148), o qual afirma que o território das cidades-Estados tinha como exterior “a estepe inculta[,] [...] lar de pastores cujo estilo de vida nômade e maneiras ‘bárbaras’ eram vistos como fortemente contrastantes à vida civilizada do morador da cidade ou do morador rural da cidade-Estado” (cf. também LEICK, 2010, p. 134; LIMET, 2005, pp. 370; 373; ROBERTSON, 2005, p. 202). Redman (1978, p. 268) atenua essa dicotomia ao lembrar que áreas para pastoreio não diminuam a quantidade de terra disponível para a agricultura e que “agricultores que não eram favorecidos com terra nos cursos de água principais provavelmente mantinham criações” como forma complementar de atividade econômica. Adams (1966, p. 19) propõe que o nomadismo era um fator de desequilíbrio social e que serviu de ímpeto para padrões de organização política duráveis.

Há, por exemplo, os Arquivos Reais de Mari, que demonstram o sedentarismo de grupos originalmente nômades (BOTTÉRO, 2019[1992], p. 161; LEICK, 2010, p. 134), com evidências arqueológicas robustas a partir do III milênio A.E.C. Sobre Mari, Rede (2017, p. 23), com base em Porter (2009), propõe que “a manutenção das características tribais no interior mesmo das monarquias” garantiu “a possibilidade de negociação com os substratos populacionais que permanecem nômades e pastores”, fenômeno que nomeou de “palacização da liderança tribal”, paralelo à “tribalização da monarquia”. Nesse sentido, por um lado, Oppenheim (1977[1964], p. 59) alerta que certa experiência nômade contribuiu para o desenvolvimento, a base e a manutenção “de uma rede internacional de contatos entre governantes”, e que no III milênio A.E.C. fontes arqueológicas apontam para a distinção entre ‘acádios’ e ‘amoritas’, respectivamente, sedentários urbanos e grupos nômades. Por outro, o autor (OPPENHEIM, 1977[1964], p. 111) assegura que esse antagonismo “não pode ser encontrado em fontes cuneiformes”.

Isso traz algumas questões e simbologias importantes. A base da família mesopotâmica era patriarcal (DOKTER, 2018, pp. 55-6; GARFINKLE, 2005, p. 387; GREENGUS, 1995, p. 478; HARRIS, 2000, p. 147; LEICK, 2003, p. 112; LEICK, 2010, pp. 65; 114; 134; 176; 189; ELLICKSON & THORLAND, 1995, pp 354-5; LIMET, 2005, p. 374; OPPENHEIM, 1977[1964], p. 77; POLLOCK, 2007, p. 96; STOL, 1995, p. 488), constituída por casas patriarcais estendidas (em oposição à família nuclear), clãs ou vilas (agregadas em razão do parentesco, e presentes no sistema divino (ALMEIDA & ROSA, 2019, p. 129)) e tribos (aglomeração de vários clãs, por proximidade territorial ou parentesco). McIntosh (2015, p. 182) lembra que os vínculos de parentesco eram menos fortes entre habitantes das cidades. Após o período Uruk, entre o terceiro e o segundo milênios A.E.C. (Dinastia Acádia) certa mudança para famílias nucleares e para uma sociedade estruturada no *oikos* se intensificará (MCINTOSH, 2015, p. 182; ELLICKSON & THORLAND, 1995, pp. 354-5). De todo modo, há uma constante oposição entre Estado, muitas vezes representado pelos sacerdotes e poder militar, e chefes tribais/ patriarcais, estes identificados ao parentesco, na disputa por poder (ADAMS, 1966, p. 14; DOKTER, 2018, p. 55; FRICK, 1997, p. 18; LIVERANI, 2005, p. 6; MIEROOP, 1997, p. 34; REDMAN, 1978, pp. 218-9; 227-8; STONE, 2005, p. 152).

Essa disputa era certamente menos intensa na cidade, dependente mais fortemente do Estado e de outras formas de identidade - profissões, lugar de residência e etnicidade – e representada na própria geografia de Uruk (LIVERANI, 2006, p. 62; MIEROOP, 1997, pp. 104-9; NISSEN, 2015, pp. 117; 122; UR; KARSGAARD; OATES, 2007), e na estepe, onde a ação estatal era mais limitada. Contudo, nas vilas, esse conflito era mais vívido, já que opunha agricultores e pastores seminômades, “cujos próprios interesses nem sempre coincidem com aqueles do Estado” (CASTILLO, 2005, p. 138). Dokter (2018, pp. 63-4; *cf.* também LIVERANI, 2005, p. 7) propõe que o paradigma pastoral era mais forte no norte mesopotâmico que no sul, onde o paradigma do Estado-templo era hegemônico. De todo modo, a idealização do rei-sacerdote a cuidar do seu *rebanho* e a oposição entre o pastor e o agricultor serão simbologias muito frequentes (ALMEIDA, 2015, p. 124; LEICK, 2010, p. 7; MIROSCHEJJI, 1993, p. 216; ROBERTSON, 2015, p. 205). Lerner (2019[1986], p. 76) nega relação entre patriarcado e pecuária, afirmando que em Çatal Höyük, uma sociedade igualitária, já havia domesticação de animais, algo recentemente refutado (RUSSEL; MARTIN; BUITENHUIS,

2005); ademais, utiliza Mari para demonstrar “o status relativamente igual das mulheres da elite” nesta sociedade (LERNER, 2019[1986], p. 101).

Essa perspectiva de identificar nomadismo e patriarcalismo está presente, segundo Gross (2009, p. 161) na hipótese pré-patriarcal feminista, que sugere a ‘criação do patriarcado’ em certo momento histórico e sob certas condições materiais, ainda que seja refutada por Lerner (2019[1986], p. 76). Para a Mesopotâmia, a autora (GROSS, 2009, pp. 166-7) considera a guerra como efeito e não causa para o fim de uma sociedade pré-patriarcal, refutando a possibilidade de o modelo de dominação masculina ter sido importado de outra cultura por guerra ou assimilação. Assim, as pressões populacionais e a competição por recursos em um ambiente relativamente hostil foram fundamentais para a utilização da guerra como recurso político. Waters (1989, p. 198) afirma que a família patriarcal foi associada ao pastoralismo por Engels e por Henry Sumner Maine no século XIX, mas cabe ressaltar que ambos não mencionam diretamente a Mesopotâmia.

A simbologia do boi deve ser compreendida como um complemento entre “o aspecto feminino e masculino, através do bovívdeo, primeiro com Inanna e An, no IV milénio a.C., e mais tarde, na primeira metade do III milénio a.C., com os pares Ereškigal e Gugalanna e Inanna e Dumuzi” (ALMEIDA, 2015, pp. 345-6). Além disso, Nanna, pai da deusa Inanna, tinha como símbolos o crescente lunar e o touro, representando fertilidade e poder, além de estar vinculado ao “mundo da estepe, local onde os animais selvagens, como o leão e as águias, pairavam, assim como habitat imaginado dos seres híbridos e monstruosos” (ALMEIDA, 2015, p. 137). Inanna herda suas características, e em outra de suas facetas, a deusa vincula-se à expressão kur, a qual define tanto uma área montanhosa quanto o inframundo reservado aos mortos (ALMEIDA, 2015, p. 139).

Outra simbologia fundamental na sociedade mesopotâmica arcaica é a do leão, identificado à “ferocidade e [à] força” do governante, o qual deveria tornar-se “o touro nos céus, o leão no território estépico [...] e o rei no mundo civilizado [...]” (ALMEIDA, 2015, p. 171). Nesse sentido, o leão “assume uma posição de destaque como figura liminar na oposição entre o espaço civilizado e o mundo selvagem, pois é através do seu domínio e das suas qualidades que o próprio espaço que representa se torna passível de ser dominado” (ALMEIDA, 2015, p. 172). Por conseguinte, também Inanna/Ishtar

[...] desenvolve [– a autora usa o singular –] uma relação com o leão mais íntima, que ultrapassa a questão marcial, afirmando-se antes como globalizante, pois evoca, de igual modo, a simbologia de fronteira que este animal apresenta. [...] Inanna principesca e da montanha define a fronteira entre a urbe e a estepe, domina e integra os elementos de ambos os espaços, permitindo que quem governa em seu lugar adquira as capacidades necessárias para executar no plano terreno aquilo que a deusa executa em termos cósmicos. (ALMEIDA, 2015, pp. 173-4).

Nesse sentido, o rei já nascia com “as melhores características para governar, apesar destas só existirem por favor divino”, sendo os deuses “a fonte de toda e qualquer expressão, no cosmos” (ALMEIDA, 2015, p. 346). Assim, para Almeida (2015, p. 168), a guerra se constituía como “acto sagrado” e, como o soberano deveria ter atribuições bélicas, “parte dos deveres governativos do rei”, essas funções também eram compartilhadas necessariamente por Inanna. Com efeito, o soberano era escolhido pelos deuses para exercer uma “função protetora”, tendo “necessariamente, de domar a natureza selvagem, integrando-a no mundo civilizado da urbe” (ALMEIDA, 2015, p. 170). Disso decorre “o epíteto mais comum para os governantes sumérios”, o de jardineiro, “evocando-se a imagem do homem que transforma a natureza indomável em algo organizado” (ALMEIDA, 2015, p. 170). É interessante que isso retorne, invertido, na obra de Emanuele Coccia (2018; 2022).

Estepe, montanha e inframundo (morte) são marcos da alteridade mesopotâmica, assim como a mulher (WRIGHT, 2007, pp. 216-7; 225) e outras identidades de gênero (ALMEIDA, 2015, pp. 247-8; 281-6). É interessante perceber, outrossim, que o duplo do Eu é definido por alguém de mesmo gênero – no caso de Gilgamesh é Enkidu e no caso de Inanna é Saltu (ALMEIDA, 2015, pp. 247; 241; PATRICIO, 2021, pp. 67-8). Além disso, cabe ressaltar que Almeida (2015, pp. 309; 376) propõe compreender Ereshkigal e Inanna como figuras autônomas com origem em uma mesma divindade, enquanto Lapinkivi (2010, p. 77) considera aquela uma hipóstase desta. Sobre Ereshkigal, Walls (2001, pp. 159; 165-6; 171-2) afirma que a deusa do Inframundo “é impotente para substituir as estruturas patriarcais de ordem e de controle” e “permanece em oposição à estrutura hierárquica de autoridade patriarcal sob a liderança de Anu, Enlil e Ea”, sendo posteriormente substituída por Nergal como autoridade máxima do Inframundo – como diz um ditado acádio, “uma casa sem um senhor (é como) uma mulher sem um marido”.

Nos cultos a Inanna, há diversas referências ao travestismo, parte do conjunto de *me* relacionado à “capacidade de mover/mudar), sendo que a capacidade de transformar a



identidade de género daqueles que a cultuam surge em diversas composições” (ALMEIDA, 2015, p. 248). Nos rituais fúnebres, “familiares e amigos dos defuntos eram acompanhados, na sua demonstração pública de pesar, por elementos pertencentes a uma casta profissional, os **gala**” (grifo no original) (ALMEIDA, 2015, p. 281; cf. também COHEN, 2005, pp. 45-66). Sobre estes, Almeida (2015, pp. 281-5) assegura que

[...] as recentes propostas que reavaliam os dados relativos à ambiguidade de género, parecem concordar na possibilidade destes funcionários cúlticos serem representantes de um terceiro género, admitindo que esta categoria se faria sentir tanto em termos físicos (pela possível castração dos indivíduos que ingressavam nesta profissão); como em termos sociais (pela diferenciação profissional que se fazia sentir na aparência e nos comportamentos femininos). [...] os **gala** conseguiam contornar um possível contágio da morte, pois a sua identidade enquanto *performers* encontrava-se confundida pelo travestismo. [...] Nas composições que são alvo de análise no presente trabalho, é possível identificar, para além dos **gala**, os **pi.li.pi.li/pilpilû**, os *kurgarra*, os *sargusag* e os *assinnu* (grifos no original). A análise em torno das categorias dos diferentes funcionários cúlticos de Inanna/Ištar afigura-se como um campo intrincado e pouco estudado, devido à própria natureza das fontes e à ainda dificuldade na apresentação de uma proposta consistente de tradução (281-2) (283). [...] Ilan Peled considera que os *kurgarra*, independentemente do seu travestismo, assumiriam um papel mais activo (masculino) nas actividades sexuais que ocorreriam nos festivais cúlticos onde participavam, sendo complementados pelo comportamento passivo (feminino) dos *assinnu* e/ou *sargusag* (o autor parece inclinado a assumir uma equivalência entre estas duas categorias). O manejar das armas por parte dos *kurgarra* seria, então, um dos sinais desse papel mais masculino. [...] Podemos considerar que estamos perante o firmar do restabelecimento das actividades governativas (através da fundação do palácio e do trono) e cúlticas (através das actividades dos *kurgarra*, dos **gala** e dos **pi.li.pi.li/pilpilû**) (grifos no original). É interessante que se aos dois primeiros, a deusa entrega armas e instrumentos, objectos necessários às suas funções; aos terceiros atribui-lhes a transformação/travestismo, pelo que devemos considerar que [essa transformação] estaria intimamente ligada às suas funções cúlticas. [...] Por seu lado, Inanna/Ištar, a «Rainha do Céu e da Terra», cuja identidade como «estrela da manhã e da tarde» lhe permite reunir e dominar mundos opostos (urbano vs. estépico/montanhoso; vivos vs. mortos), **encontra na indefinição de género, o espaço ideal para a expressão máxima do seu carácter liminar e soberano** (grifos nossos).

Essa perspectiva está presente em Peled (2018, pp. 55; 59), que afirma que “dois dos mais interessantes membros masculinos do culto de [Ishtar] eram os *assinnu* e os *kurgarrû*”, aqueles identificados a uma masculinidade não hegemônica e estes ao padrão masculino hegemônico. Ademais, distingue os *gala* dos *assinnu* pela nudez – estes, em razão da performance cúltica relacionada à sexualidade poderiam ser representados nus. Em outro trabalho, Peled (2014, p. 296; cf. também YALÇIN, 2016, pp. 127-8; HARRIS, 2000, pp. 147-



172) afirma que *assinnu* corresponde ao “aspecto feminino do erotismo e a sexualidade receptiva, enquanto o *kurgarrû* significava as qualidades masculinas, agressivas e guerreiras”. Walls (2001, p. 152) propõe que *assinnu* é, possivelmente, “um eunuco ou um prostituto homossexual, [...] a *transvestite actor*⁶ (grifos nossos) no culto de Ishtar”. Harris (2000, p. 165) atesta que a androginia de Inanna-Ishtar se manifesta ritualmente “no travestismo de seu pessoal”.

Cabe mencionar o seminal trabalho de Asher-Greve (1997, p. 438; cf. FELDMAN, 2005, p. 290), que propugna haver quatro gêneros na Mesopotâmia: agênero, mulher, homem e homem castrado. Ademais, a representação do corpo humano era “sexuada, com marcadores fisiológicos e anatômicos, como genitais, seios ou barba”; generificada, com marcadores socioculturais como roupa, cabelo, adornos, atributos, contextos e ocupação; e ambígua e assexuada (ASHER-GREVE, 1997, p. 438). Outros trabalhos discutem orientação sexual e identidade de gênero como conhecemos hoje no contexto mesopotâmico, questionando, inclusive, a relação ‘homossocial’ entre Enkidu e Gilgamesh e a incapacidade deste em garantir sua linhagem (WALLS, 2001, p. 34; BUDIN et al., 2018).

Fernández (2018, p. 200) corrobora Wright (2007, pp. 216-7; 225) ao afirmar que Ishtar “fica como ‘essência do feminino’ e ‘o Outro’ contra o qual ‘a identidade masculina mesopotâmica definiu a si mesma e a cultura patriarcal mesopotâmica delineou suas fronteiras’”. Talvez contraditoriamente, Almeida (2015, p. 379) propõe que Inanna não “pretendia servir de modelo feminino”, já que a deusa era reverenciada pelo “seu comportamento arquetípico soberano”, em que “os possíveis constrangimentos de gênero ficariam resolvidos na atribuição de uma identidade dual”, assumindo-se como “**modelo de governação, que não hesita em fazer uso dos seus atributos, para expandir a sua acção**” (grifos nossos). Nesse sentido,

[...] Em Vénus, encontramos a chave interpretativa para os múltiplos sincretismos, para a **conciliação de mundos e planos cósmicos opostos**, para a tutela de reis e de indivíduos comuns e para a ambiguidade de gênero, que lhe permitiam ser guerreira e amante, em termos diacrônicos. A sua identidade dual, desde o primeiro momento, permitiu-lhe um escopo de acção ímpar, levando-nos a considerar a possibilidade da identidade feminina não ser relevante para a sua definição primeva. O importante era a sua identidade dual, que permitiria, assim, afirmar-se em pleno como «Rainha do Céu e da Terra» (grifos nossos) (ALMEIDA, 2015, p. 380).

⁶ Ficamos em dúvida entre ator travestido e atriz travesti.

Inanna foi o modelo de governação de Uruk no IV milênio A.E.C. e era capaz de conciliar mundos opostos, em razão de seu caráter liminar. Como atesta Almeida (2015, p. 286), era “através da sua indefinição definida” que a deusa era capaz de “acomodar (qualquer) mudança, movimentando-se simbolicamente nos espaços fronteiros, o que lhe permite **dominar e equilibrar a eterna sucessão entre a Ordem e o Caos**” (grifos nossos). Mesmo pensamento de Harris (2000, p. 165), que atribui à deusa “uma bipolaridade que subverte a ordem existente e, ainda assim, incorpora um todo ordenado”. Não é mera coincidência que seja Inanna a deusa da cidade que nomeou um período histórico marcado pelo surgimento da escrita, por um enorme desenvolvimento econômico-cultural, a ponto de ser identificado como uma globalização primeva (JENNINGS, 2011, pp. 57-76; WARBURTON, 2021) e pelo surgimento das cidades.

Desse modo, propomos que a cidade (de fato, o espaço-tempo Uruk) *espelha* a deusa, no sentido supracitado por Almeida (2015, p. 286), de fornecer uma cosmologia centrada no urbano, em seu aspecto liminar e ordenador: liminar porquanto capaz de absorver aquilo que constitui sua alteridade – naquele espaço-tempo, esta era a mulher, a estepe, a montanha e o inframundo; e ordenador porque definiu uma cosmologia própria, diferente daquilo se conhecia e instaurou inovações singulares, específicas da sua natureza. A cosmologia mesopotâmica encontrava *eco* na materialidade da vida humana. Sem a urbanização, o Estado, a hierarquia social, a escrita e o patriarcado, não seria possível mudança tão profunda, em um processo que levou mais de um milênio.

Cabe ressaltar que a própria cidade foi colocada como parâmetro de identidade. A civilização mesopotâmica baseou-se fundamentalmente nesta forma/prática espacial para determinar parâmetros de modos de vida, em contraponto à montanha, à estepe e ao inframundo e, nesse sentido, ocorreu o mesmo fenômeno relacionado ao gênero: o homem tornou-se a norma, sendo a mulher o Outro, o específico; do mesmo modo, a cidade foi a norma em relação às demais formas espaciais desde o seu surgimento até os dias de hoje. Inicialmente, em oposição ao nomadismo, posteriormente ao campo – tanto que no sumério não havia distinção entre tipos de assentamento. Nesse sentido, podemos inferir que o patriarcado e a cidade caminham juntos na determinação das alteridades, até os dias de hoje. Outrossim, sendo o gênero determinado socialmente e um aspecto fundamental das relações sociais, podemos



pensar na submissão dos mesopotâmios aos desígnios do poder de movimento e mudança atribuídos à Inanna e estabelecer paralelos com os dias atuais, uma vez que nos primórdios do patriarcado já havia diversidade de gênero.

Conclusões

Neste artigo, filiamo-nos à concepção de patriarcado como um mecanismo de reprodução social. Seu surgimento é uma ruptura com os padrões até então existentes de relações sociais e está associado ao surgimento do Estado e da cidade na Mesopotâmia do período Uruk, situado por Wright (2007, p. 202) entre 4.000 e 3.100 A.E.C. Charvát (2013, p. 97-102) situa a formação dos Estados arcaicos no início do IV milênio A.E.C, enquanto Lerner (2019[1986], pp. 32-3; 261) propõe o estabelecimento do patriarcado entre 3100 A.E.C. e 600 A.E.C. Nesse sentido, o espaço-tempo Uruk é um período de transição, ou seja, possui um caráter liminar nas relações de gênero e de ‘produção’ e ‘reprodução’ sociais. O controle da mulher, tornada Outro, precede a propriedade privada e estimula a existência da hierarquização social, mediada pelo Estado, o qual se tornou instituição política fortalecida no enfrentamento do parentesco.

Geograficamente, esse processo propiciou o surgimento da cidade, berço da principal instituição política, o Estado, que apenas se autonomizou da religião por volta do século XXVII A.E.C. O papel das cidades é tão importante que há autores que propugnam uma globalização primeva no espaço-tempo Uruk, já que a Suméria era pobre em recursos naturais e foi capaz não apenas de organizar o fornecimento destes, mas também de criar inovações que foram replicadas alhures. Somente o fato de mencionar o surgimento da escrita permite-nos compreender a dimensão intelectual provocada pela urbanização suméria. Cabe ressaltar que esta foi necessária para a instituição do patriarcado, já que nesse espaço-tempo a mulher havia se tornado a alteridade a ser domesticada, assimilada.

Por mais que possa parecer contraditório, a deusa tutelar da cidade de Uruk e ‘Rainha dos Céus e da Terra’ era Inanna, deusa de caráter liminar que representava a ordenação cósmica e a integração do território, e apresentava características ‘masculinas’, em um claro processo de naturalização de comportamentos generificados. Ademais, a deusa não foi mãe e tampouco casou formalmente com Dumuzi, sendo uma noiva-viúva, algo que não condiz com o comportamento esperado para as mulheres mesopotâmicas. Ao mesmo tempo que é a deusa





tutelar de Uruk, Inanna também é a deusa identificada à estepe e à montanha, marcos da alteridade mesopotâmica em relação à cidade, identificada à civilização. Quanto ao Inframundo, este pertencia a Ereshkigal, irmã de Inanna, talvez a hipóstase desta ou deidade com origem comum.

Isso criou simbologias vinculadas diretamente às práticas espaciais, tanto em relação à dicotomia urbe civilizada e estepe/montanha inculta quanto à oposição entre agricultor e pastor e sedentarismo e nomadismo. Deve-se ressaltar que, ainda que houvesse conflitos entre moradores das cidades e das vilas rurais, estes não eram o cerne dos conflitos espaciais e simbólicos na Mesopotâmia – isso pertencia fundamentalmente aos sedentários e aos nômades. Cabia ao poder real integrar esses territórios e atividades econômicas. Após o espaço-tempo Uruk, há evidências mais robustas de processos de sedentarização e os impactos sociais relacionados a ela. Ademais, deve ser considerado o papel de nômades, em geral, pastoralistas, na conexão de longa distância dos territórios integrados às redes de abastecimento.

Cabe lembrar que havia quatro gêneros na Mesopotâmia: sem gênero, mulher, homem e homem castrado. É interessante perceber que as funções cúlticas de Inanna demandavam a participação de gêneros ou orientações sexuais outras, algo ainda a ser mais trabalhado por pesquisas científicas em razão das muitas incertezas sobre o tema. De todo modo, o caráter liminar e ordenador da deusa se faz presente também na sexualidade e na identidade de gênero – nada podia ser considerado fora de seu devido lugar, nada ficava fora do alcance do enorme poder de Inanna, o que permite elaborar questões para os dias atuais – nos primórdios do patriarcado já havia diversidade de gênero.

Por fim, podemos estabelecer um paralelo entre patriarcado e o urbano, já que com o processo de urbanização sumério, espreado posteriormente para toda a Mesopotâmia, o status das mulheres decaiu paulatinamente. Ademais, devemos enfatizar que a mesma lógica ocorrida com o gênero, por meio da primazia do homem, ocorreu com a cidade – esta foi – e tem sido – a norma, o padrão, em detrimento de outras práticas espaciais (nomadismo, agricultura); há, portanto, certa equivalência entre a instituição do patriarcado e a instituição da cidade.



Referências

ADAMS, Robert McCormick. **The evolution of urban society. Early Mesopotamia & Prehispanic Mexico.** A comparative study of one of the great transformations in the career of humanity. Chicago: Aldine Publishing Company, 1966.

AL-ZUBAIDI, L. Tracing women in early Sumer. *In: PYBURN, K. Anne (ed.). Ungendering Civilization.* New York: London: Routledge, 2004. pp. 117-35.

ALMEIDA, Isabel Cristina Gomes de. **A construção da figura de Inanna/Istar na Mesopotâmia: IV-II milénios A.C.** Tese de Doutorado em História da Universidade Nova de Lisboa. Lisboa, 2015.

ALMEIDA, Isabel Cristina Gomes de; ROSA, Maria de Fátima. The pathos of the divine existence in Mesopotamia: reconstruction of a cycle through text and image. *In: Res Antiquitatis*, v. 1, 2019, pp. 127-42.

ALMEIDA, Isabel Cristina Gomes de; ROSA, Maria de Fátima. The moon watching over the sun and Venus: revisiting the attributes and functions of Nanna/Sîn in Mesopotamia. *In: FRAME, G.; JEFFERS, J.; PITTMAN, H. (ed.). Ur in the Twenty-First Century CE: Proceedings of the 62nd Rencontre Assyriologique Internationale at Philadelphia, July 11-15, 2016.* Unniversity Park: Eisenbrauns, 2021. (pp. 91-103.)

ASHER-GREVE, Julia. The essential body: Mesopotamian conceptions of the gendered body. *In: Gender & History*, v. 9, n. 3, 1997, pp. 432-61.

BESSELAAR, José van den. **As palavras têm a sua história.** Braga: Ed. APPACDM Distrital de Braga, 1994.

BLACK, Jeremy; GREEN, Anthony. **Gods, demons and symbols of ancient Mesopotamia.** An illustrated dictionary. London: The British Museum Press, 2009.

BOTTÉRO, Jean. **Iniatiation à l'Orient ancien. De Sumer à la Bible.** Paris: Éditions du Seuil, 2019.

BOTTÉRO, Jean; HERRENSCHMIDT, Clarisse; VERNANT, Jean-Pierre. **Ancestor of the West: Writing, reasoning, and religion in Mesopotamia, Elam, and Greece.** Chicago: London: The University of Chicago Press, 2000.

BUCCELLATI, Federico; HAGENEUER, Sebastian; HEYDEN, Sylva van der; LEVENSON, Felix. **Size matters. Understanding monumentality across ancient civilizations.** Wetzlar: Majuskel Medienproduktion GmbH, 2019.

BUDIN, Stephanie Lynn; CIFARELLI, Megan; GARCIA-VENTURA, Agnès; ALBÀ, Adelina Millet (ed.). **Gender and methodology in the ancient Near East.** Approaches from Assyriology and beyond. V. 10. Barcelona: Universitat de Barcelona, 2018.



CASTILLO, Jorge Silva. Nomadism through ages. *In*: SNELL, Daniel. **A companion to the Ancient Near East**. Malden: Blackwell Publishing, 2005.

CHARVÁT, Petr. **The birth of the State: ancient Egypt, Mesopotamia, India and China**. Praga: Karolinum Press, 2011.

COCCIA, Emanuele. **A vida das plantas. Uma metafísica da mistura**. Florianópolis: Cultura & Barbárie, 2018.

COCCIA, Emanuele. **O semeador. Da natureza contemporânea**. Florianópolis: Cultura & Barbárie, 2022.

COHEN, Andrew C. **Death rituals, ideology, and the development of early Mesopotamian kingship**. Toward a new understanding of Iraq's Royal Cemetery of Ur. Leiden: Boston: Brill, Stix, 2005.

CONNELL, R. W. **Which Way is Up?** Sydney: Allen and Unwin, 1983.

CONNELL, R. W. **Gender and Power**. Cambridge: Polity, 1987.

DOKTER, Anija. **Listening to birth: metallurgy, maternity, and vocality in the reproduction of the patriarchal State**. Tese de Doutorado da Queen's College, Universidade de Cambridge. Cambridge, 2018.

ELIADE, Mircea. **História das crenças e das ideias religiosas *I**. Da Idade da Pedra aos mistérios de Elêusis. Rio de Janeiro: Zahar, 2010[1976].

ELLICKSON, Robert C.; THORLAND, Charles DiA. Ancient land law: Mesopotamia, Egypt, Israel. *In*: **Chicago-Kent Law Review**, v. 71, n. 1, 1995, pp. 324-411.

ENGELS, F. **The Origin of the family, private property, and the State**. New York: International Publishers, 1972[1884].

ESPAK, Peeter. **Ancient Near Eastern gods Enki and Ea: diachronical analysis of texts and images from the earliest sources to the Neo-sumerian period**. Dissertação de Mestrado em Estudos do Oriente Próximo Antigo da Faculdade de Teologia da Universidade de Tartu. Tartu, 2006.

FELDMAN, Marian H. Mesopotamian art. *In*: SNELL, Daniel. **A companion to the Ancient Near East**. Malden: Blackwell Publishing, 2005.

FERNÁNDEZ, Mónica Palmero. Gender, religion, and power in Ancient Mesopotamia: some methodological considerations on Inanna/Ištar. *In*: BUDIN, Stephanie Lynn; CIFARELLI, Megan; GARCIA-VENTURA, Agnès; ALBÀ, Adelina Millet (ed.). **Gender and methodology in the ancient Near East**. Approaches from Assyriology and beyond. V. 10. Barcelona: Universitat de Barcelona, 2018.



FREUD, Sigmund. A dissolução do complexo de Édipo. 1924. In: FREUD, Sigmund. **O Eu e o Id, “Autobiografia” e outros textos (1923-1925)**. Obras Completas, v. 16. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

FRICK, Frank S. Cities. In: MEYERS, Eric M. (ed.). **The Oxford Encyclopedia of Archeology in the Near East**. V. 2. New York: Oxford: Oxford University Press, 1997.

GARFINKLE, Steven J. Public versus private in the Ancient Near East. In: SNELL, Daniel. **A companion to the Ancient Near East**. Malden: Blackwell Publishing, 2005.

GREENGUS, Samuel. Legal and social institutions of Ancient Mesopotamia. In: SASSON, Jack M (ed.). **Civilizations of the Ancient Near East**. Peabody: Hendrickson Publishers, 1995.

GROSS, Rita M. **A garland of feminist reflections**. Forty years of religious exploration. Berkeley: University of California Press, 2009.

HARRIS, Rivkah. **Gender and aging in Mesopotamia: The Gilgamesh Epic and other ancient literature**. Norman: University of Oklahoma Press, 2000.

HEINZ, Marlies; FELDMAN, Marian H. (ed.) **Representations of political power. Case histories from times of change and dissolving order in the ancient Near East**. Winona Lake: Eisenbrauns, 2007.

JENNINGS, Justin. **Globalizations and the ancient world**. New York: Cambridge University Press, 2011.

KOFMAN, Sarah. **The enigma of woman**. Woman in Freud’s writings. Ithacas: London: Cornell University Press, 1985.

LAPINKIVI, Pirjo. **The Neo-Assyrian myth of Istar’s descent and resurrection**. Winona Lake: Eisenbrauns, 2010.

LEICK, Gwendolyn. **Historical dictionary of Mesopotamia**. 2nd ed. Plymouth: Scarecrow Press, 2010.

LEICK, Gwendolyn. **Mesopotâmia. A invenção da cidade**. Rio de Janeiro: Imago, 2003.

LEICK, Gwendolyn. **Sex and eroticism in Mesopotamian literature**. London: New York: Routledge, 1994.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado. História da opressão das mulheres pelos homens**. São Paulo: Cultrix, 2019[1986].

LIMET, Henri. Ethnicity. In: SNELL, Daniel. **A companion to the Ancient Near East**. Malden: Blackwell Publishing, 2005.

LIVERANI, Mario. Historical overview. In: SNELL, Daniel. **A companion to the Ancient Near East**. Malden: Blackwell Publishing, 2005.

LIVERANI, Mario. Uruk. The first city. London: Equinox, 2006.

MAINE, Henry Sumner. **Ancient Law**. Its connection with the early history of society and its relation to modern ideas. London: John Murray, 1908[1861].

MCINTOSH, Jane R. **Ancient Mesopotamia. New perspectives**. Santa Barbara: ABC CLIO, 2005.

MEILLASSOUX, Claude. From Reproduction to Production: A Marxist Approach to Economic Anthropology. In: **Economy and Society**, n. 1, 1972, pp. 93-105.

MELLAART, James. **Çatal Hüyük. A Neolithic town in Anatolia**. New Yor: McGraw Hill, 1967.

MEYERS, Eric M. (ed.). **The Oxford Encyclopedia of Archeology in the Near East**. V. 2. New York: Oxford: Oxford University Press, 1997.

MIEROOP, Marc van de. **The ancient Mesopotamian city**. Oxford: Oxford University Press, 1997.

MIROSCHEJJI, Pierre de. Cult and religion in the Chalcolithic and Early Bronze Age. In: BIRAN, A.; AVIRAM, J. (ed.). **Biblical Archaeology Today. Proceedings of the Second International Congress on Biblical Archaeology**, Jerusalem, 1990. Jerusalem: Israel Exploration Society & The Israel Academy of Sciences and Humanities, 1993.

MITCHELL, Juliet. **Woman's Estate**. New York: Pantheon, 1971.

MOI, Toril. **What is a woman?** Oxford: Oxford University Press, 2001.

NISSEN, Hans J. Urbanization and the techniques of communication: the Mesopotamian city of Uruk during the fourth millennium BCE. In: YOFFEE, Norman. **The Cambridge World History. Early cities in comparative perspective, 4000 BCE – 1200 CE**. v. 3. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.

OPPENHEIM, A. Leo. **Ancient Mesopotamia. Portrait of a dead civilization**. Chicago: London: University of Chicago Press, 1977[1964].

PARPOLA, Simo. The Assyrian Tree of Life: tracing the origins of Jewish monotheism and Greek philosophy. In: **Journal of Near Eastern Studies**, v. 52, n. 3, jul 1993, pp. 161-208.

PATRICIO, Caroline Schmidt. **Projeto Dicionário das Deusas Mesopotâmicas: da Mitologia do Antigo Oriente Médio à formulação de material para educação**. Trabalho de Conclusão de Curso do Instituto de Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2021.



PELED, Ilan. assinnu and kurgarrû Revisited. In: **Journal of Near Eastern Studies**, v. 73, n. 2, 2014, pp. 283-297.

PELED, Ilan. Identifying gender ambiguity in texts and artifacts. In: BUDIN, Stephanie Lynn; CIFARELLI, Megan; GARCIA-VENTURA, Agnès; ALBÀ, Adelina Millet (ed.). **Gender and methodology in the ancient Near East**. Approaches from Assyriology and beyond. V. 10. Barcelona: Universitat de Barcelona, 2018.

POLLOCK, Susan. The royal cemetery of Ur. Ritual, tradition, and the creation of subjects. In: HEINZ, Marlies; FELDMAN, Marian H. (ed.) **Representations of political power. Case histories from times of change and dissolving order in the ancient Near East**. Winona Lake: Eisenbrauns, 2007.

PORTER, A. Beyond Dimorphism: ideologies and materialities of kinship as time-space distancing. In: SZUCHMAN, J. (ed.) **Nomads, tribes, and the state in the ancient near East. Cross-disciplinary perspectives**. Chicago: The Oriental Institute of the University of Chicago, 2009, p. 201-225.

RAPP, Rayna. Women, religion, and archaic civilizations: an introduction. In: **Feminist Studies**, v. 4, n. 3, 1978, pp. iv+1-6.

REDE, Marcelo. Chefia tribal e realeza urbana na antiga Mesopotâmia: notas para uma abordagem. In: **PHOÏNIX**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, 2017, pp. 12-26.

REDMAN, Charles L. **The rise of civilization. From early farmers to urban society in the Ancient Near East**. San Francisco: W. H. Freeman & Co., 1978.

RIGHI, Maurício G. **Pré-história & História. As instituições e as ideias em seus fundamentos religiosos**. São Paulo: É Realizações, 2017.

ROBERTSON, John F. Social tensions in the Ancient Near East. In: SNELL, Daniel. **A companion to the Ancient Near East**. Malden: Blackwell Publishing, 2005.

RUSSELL, Nerissa; MARTIN, Louise; BUITENHUIS, Hilke. Cattle domestication at Çatalhöyük revisited. In: **Current Anthropology**, v. 46, Supplement, dez 2005, pp. S101-S133. Disponível em: <https://www.journals.uchicago.edu/doi/full/10.1086/497664>. Acesso 15 jul 2023.

SASSON, Jack M (ed.). **Civilizations of the Ancient Near East**. Peabody: Hendrickson Publishers, 1995.

SHAW, Ian; JAMESON, Robert. **A dictionary of Archaeology**. Oxford: Blackwell Publishers, 1999.

SNELL, Daniel. **A companion to the Ancient Near East**. Malden: Blackwell Publishing, 2005.





STEELE, Philip. **Guías Eyewitness. Mesopotamia**. Londres: Dorling Kindersley, 2008.

STOL, Marten. Private life in Ancient Mesopotamia. *In*: SASSON, Jack M (ed.). **Civilizations of the Ancient Near East**. Peabody: Hendrickson Publishers, 1995.

STONE, Elizabeth C. Mesopotamian cities and countryside. *In*: SNELL, Daniel. **A companion to the Ancient Near East**. Malden: Blackwell Publishing, 2005.

UR, Jason A.; KARSGAARD, Philip; OATES, Joan. Early urban development in the Near East. *In*: **Science**, 317(5842): 1188, 2007. Disponível em: <http://nrs.harvard.edu/urn-3:HUL.InstRepos:4259360>. Acesso 21 jul 2023.

WALLS, Neal. **Desire, discord and death. Approaches to ancient Near Eastern myth**. Boston: American Schools of Oriental Research, 2001. (ASOR Books v. 8.)

WARBURTON, David A. Globalisation for archaeologists. *In*: **eTopoi Journal for Ancient Studies**, v. 9, 2021, pp. 142-92.

WATERS, Malcolm. Patriarchy and viriarchy: an exploration and reconstruction of concepts of masculine domination. *In*: **Sociology**, v. 23, n. 2, 1989, pp. 193-211.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**. Fundamentos de Sociologia compreensiva. Brasília: UnB, 2015[1972]. 2 v.

WRIGHT, Katherine I. Women and the emergence of urban society in Mesopotamia. *In*: HAMILTON, Sue; WHITEHOUSE, Ruth D.; WRIGHT, Katherine I. **Archaeology and Women: Ancient and Modern Issues**. Walnut Creek: Left Coast Press, 2007.

WYLY, Elvin. **Urban origins** [Material de aula do professor/ Universidade da Colúmbia Britânica]. Disponível em: <https://ibis.geog.ubc.ca/~ewyly/g350/origins.pdf>. Acesso 20 jul 2023.

YALÇIN, Serdar. Men, women, eunuchs, etc.: visualities of gendered identities in Kassite Babylonian seals (ca. 1470 – 1155 B.C.). *In*: **Bulletin of the American Schools of Oriental Research**, n. 376, 2016, pp. 121-150.

Recebido: 30 de julho de 2023

Aprovado: 27 de agosto de 2024



Este trabalho está licenciado sob uma licença [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

